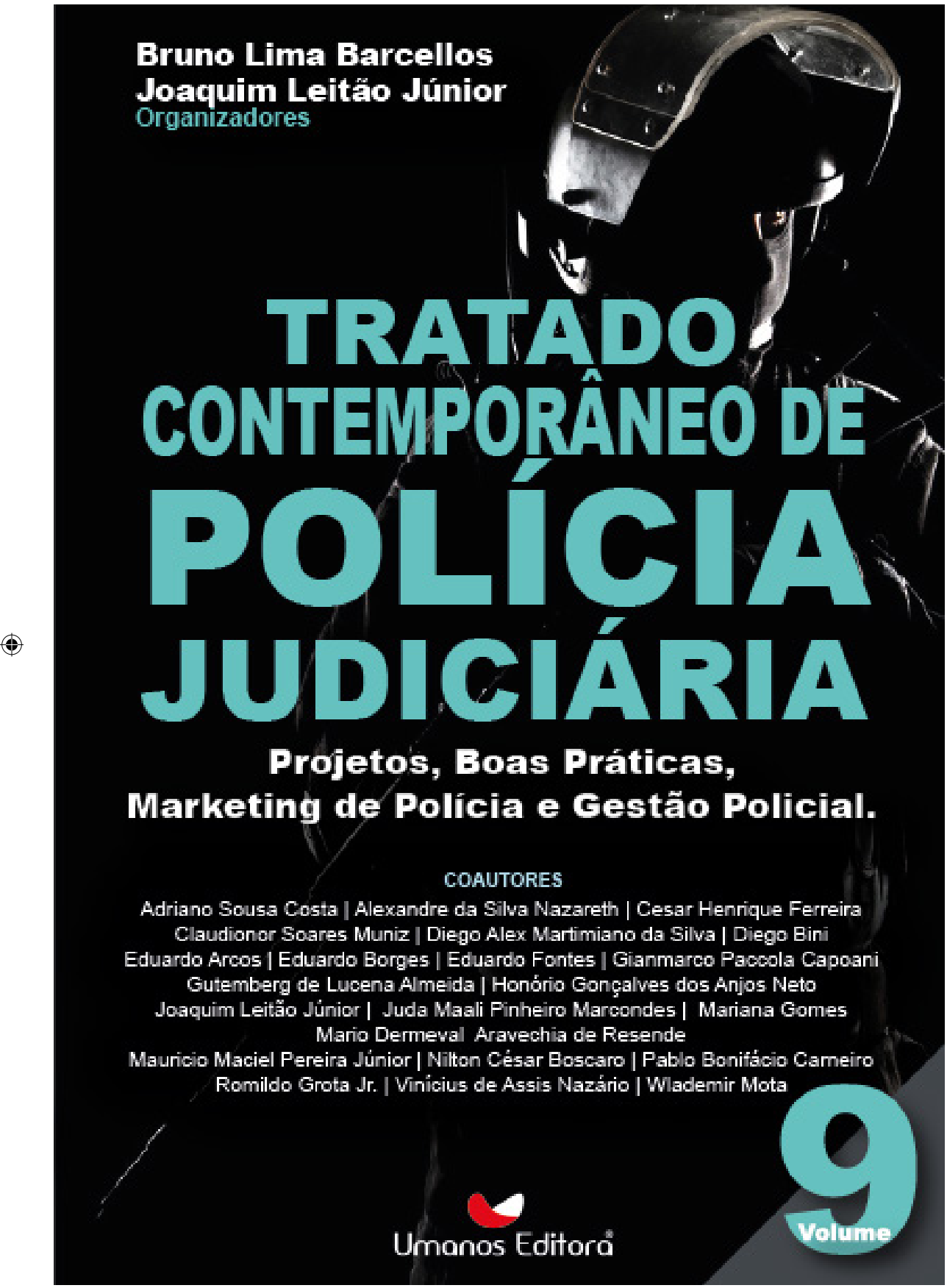
Bruno Lima Barcellos
Joaquim Leitão Júnior
Organizadores



TRATADO CONTEMPORÂNEO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Projetos, Boas Práticas, Marketing de Polícia e Gestão Policial.

COAUTORES

Adriano Sousa Costa | Alexandre da Silva Nazareth | Cesar Henrique Ferreira
Claudionor Soares Muniz | Diego Alex Martimiano da Silva | Diego Bini
Eduardo Arcos | Eduardo Borges | Eduardo Fontes | Gianmarco Paccola Capoani
Gutemberg de Lucena Almeida | Honório Gonçalves dos Anjos Neto
Joaquim Leitão Júnior | Juda Maali Pinheiro Marcondes | Mariana Gomes
Mario Dermeval Aravechia de Resende
Mauricio Maciel Pereira Júnior | Nilton César Boscaro | Pablo Bonifácio Carneiro
Romildo Grota Jr. | Vinícius de Assis Nazário | Wlademir Mota

9 Volume

Umanos Editora

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 1 24/11/2026 20:50:52

SUMÁRIO

PARTE I
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 1 | GÊNERO E DIVERSIDADE NA POLÍCIA

Autora: Judá Maali Pinheiro Marcondes

1.1 Gênero, diversidade e evolução normativa
1.2 Diversidade nas instituições policiais, liderança feminina e igualdade de oportunidades
1.3 Considerações
Referências

CAPÍTULO 2 | AS NOVAS FUNÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO INQUÉRITO POLICIAL BIDIRECIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS HUMANOS

O inquérito policial bidirecional e suas funções contemporâneas à luz do direito constitucional e dos direitos humanos

Autor: Joaquim Leitão Júnior

2.1 Funções do Inquérito Policial
2.2 Considerações
Referências

CAPÍTULO 3 | POLÍCIA E DIREITOS HUMANOS

Integração entre segurança pública e direitos humanos e formação em ética e relações interpessoais

Autor: Diego Bini

3.1 Introdução
3.2 Segurança pública
3.3 Direitos humanos
3.4 Integração entre segurança pública e direitos humanos
3.5 Formação policial em direitos humanos, ética e relações interpessoais
3.6 Ações de aproximação entre os órgãos de segurança pública e a sociedade
3.7 Considerações
Referências

PARTE II
GESTÃO ESTRATÉGICA, LIDERANÇA E CULTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 4 | CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE GESTÃO APLICADOS À POLÍCIA

Autor: Wlademir Mota

4.1 Introdução
4.2 Gestão no contexto das organizações policiais
4.3 Liderança e exercício da autoridade policial
4.4 Modelos de liderança aplicáveis à segurança pública
4.4.1 Liderança autocrática
4.4.2 Liderança democrática ou participativa
4.4.3 Liderança situacional

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 2 24/11/2026 20:50:53

4.4.4 Liderança transformacional
4.4.5 Liderança transacional
4.4.6 Liderança servidora
4.4.7 Liderança ética e abordagem integrativa
4.5 Competências essenciais do líder policial contemporâneo
4.6 Considerações
Referências

CAPÍTULO 5 | LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E CULTURA ORGANIZACIONAL NA POLÍCIA CIVIL

Autor: Eduardo Borges

5.1 Introdução
5.2 Cultura organizacional e liderança na instituição policial
5.3 Liderança transformacional como mecanismo de mudança cultural
5.4 Desafios e possibilidades de aplicação na Polícia Civil
5.5 Considerações
Referências

CAPÍTULO 6 | O PAPEL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS

Autor: Claudionor Soares Muniz

6.1 Introdução
6.2 Fundamentos do planejamento estratégico na polícia judiciária
6.3 Metodologias de planejamento aplicadas à investigação criminal
6.4 A elaboração de planos estratégicos para operações de polícia judiciária
6.5 Metas e indicadores de desempenho: mensurar para gerir com auditabilidade
6.6 Monitoramento, avaliação e o ciclo de melhoria contínua
6.7 Considerações
Referências

CAPÍTULO 7 | DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO COMO BASE PARA UMA POLÍCIA MODERNA

Autor: Honório Gonçalves dos Anjos Neto

7.1 Introdução
7.2 Novas abordagens no treinamento de policiais
Referências

PARTE III
INTELIGÊNCIA POLICIAL E
CAPACIDADE ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 8 | INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, INTEGRAÇÃO INFORMACIONAL E ASSESSORAMENTO À INVESTIGAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

Autor: Gutemberg de Lucena Almeida

8.1 Introdução
8.2 Da informação à capacidade organizacional de inteligência
8.3 Integração entre inteligência, investigação e decisão
8.4 Considerações
Referências

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 3 24/11/2026 20:50:53

CAPÍTULO 9 | GESTÃO NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL

Autor: Nilton César Boscaro

9.1 Introdução
9.2 Assessoramento na atividade de inteligência de Polícia Civil
9.3 Plano de Inteligência de Polícia Civil (PIPC)
9.3.1 Diálogo com os profissionais de IPC
9.3.2 Diálogo com os clientes de IPC
9.3.3 Diálogo com os parceiros institucionais
9.3.4 Ferramentas de gestão
9.4 Gestão na atividade de inteligência de Polícia Civil
9.5 Considerações
Referências

PARTE IV
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
INVESTIGAÇÃO NA ERA DIGITAL

CAPÍTULO 10 | A POLÍCIA NA ERA DIGITAL

Cibersegurança e crimes virtuais: o impacto das tecnologias digitais no trabalho policial

Autor: Diego Bini

10.1 Introdução
10.2 Digressão histórica acerca da polícia no Brasil
10.3 Cibersegurança e crimes virtuais
10.3.1 Cibersegurança, segurança da informação e resiliência cibernética
10.3.2 Crimes virtuais
10.3.3 Atuação da polícia no combate aos crimes virtuais
10.3.4 O impacto das tecnologias digitais no trabalho policial
10.4 Considerações
Referências

CAPÍTULO 11 | INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO EXTENSÃO DA INTIMIDADE: LIMITES, RESPONSABILIDADES E POSSIBILIDADES NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Autores: Maurício Maciel Pereira Júnior

11.1 Introdução
11.2 Evolução da Inteligência Artificial: da reação à simulação subjetiva
11.3 Classificação funcional da IA e implicações investigativas
11.3.1 Marco temporal da IA generativa e relevância probatória diferida
11.4 Sistemas de IA e aplicações investigativas
11.5 Privacidade e intimidade digital
11.5.1 Privacidade contextual e intimidade algorítmica
11.5.2 A jurisprudência brasileira e a insuficiência do mandado genérico
11.5.3 Dos dados aos neurodireitos: a proteção da mente estendida
11.6 Limites jurídicos e responsabilidades
11.7 IA como fonte de prova e protocolo de acesso
11.7.1 Princípios fundamentais da prova de origem algorítmica
11.7.2 Protocolo unificado de seis etapas
11.7.3 *Prompts* e respostas: regimes probatórios distintos
11.7.4 Alucinação: entre prova e contraprova
11.8 Aplicabilidade prática: estudos de caso

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 4 24/11/2026 20:50:53

11.8.1 Caso 1 — O desabafo da vítima ao ChatGPT
11.8.2 Caso 2 — O criminoso que treinava álibis com IA generativa
11.8.3 Caso 3 — A tese da alucinação como escudo defensivo (modelo argumentativo)
11.9 Desafios operacionais para delegacias
11.9.1 A assimetria adversarial: o crime também usa IA
11.10 IA e Marketing Policial: comunicação como ferramenta investigativa
11.11 Considerações e diretrizes estratégicas
Referências

CAPÍTULO 12 | PREVENÇÃO AO CRIME E PROMOÇÃO DA PAZ NA ERA DIGITAL: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, GESTÃO POLICIAL E COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

Autor: Vinícius de Assis Nazário

12.1 Introdução
12.2 Da polícia reativa à gestão policial preventiva
12.3 Inteligência artificial como ferramenta de gestão policial e prevenção
12.4 Reconhecimento facial, videomonitoramento e promoção da paz
12.5 Gestão baseada em dados e inteligência institucional
12.6 Colaboração com a sociedade civil
12.7 Inteligência artificial e promoção da paz
12.8 Considerações
Referências

CAPÍTULO 13 | COMANDO DE OPERAÇÕES ESPACIAIS (COPE): UMA PROPOSTA DE EMPREGO DE SATÉLITES DE ALTÍSSIMA RESOLUÇÃO NAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Autor: Alexandre da Silva Nazareth

13.1 Introdução
13.2 Natureza institucional do COPE/SESP/MT
13.3 Fundamento constitucional, processual e institucional
13.4 Inteligência, contrainteligência e reserva funcional
13.5 Arquitetura institucional proposta
13.6 Efetivo policial mínimo
13.7 Configuração orbital recomendada
13.8 Constelação mínima recomendada
13.9 Infraestrutura física e tecnológica mínima
13.10 Cadeia de custódia digital e validade probatória
13.11 Aplicações criminais prioritárias
13.12 Aplicações *dual-use* não criminais
13.13 Alienação de imagens de interesse privado
13.14 Convênio com a Agência Espacial Brasileira (AEB)
13.15 Convênio com o INPE em Cuiabá
13.16 Direito espacial internacional aplicável
13.17 Orçamento estimado
13.18 Experiências internacionais e modelos comparados
13.18.1 Modelos de monitoramento ambiental e recursos naturais
13.18.2 Modelos de apoio investigativo e probatório
13.18.3 Modelos de predição criminal e inteligência geoespacial
13.18.4 Modelos de infraestrutura operacional

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 5 24/11/2026 20:50:53

13.18.5 Síntese de convergências aplicáveis a Mato Grosso
13.19 Governança de dados, sigilo e controle externo
13.20 Proposta normativa essencial
13.21 Considerações
Referências

PARTE V
TÉCNICAS AVANÇADAS DE INVESTIGAÇÃO
E REPRESSÃO QUALIFICADA

CAPÍTULO 14| A IMPORTÂNCIA DAS POLÍCIAS JUDICIÁRIAS NO CONTROLE PREVENTIVO CRIMINAL AO INVESTIGAR E REPRIMIR AS INFRAÇÕES PENAIS: PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL PARA PREVENIR OU REDUZIR A OCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES PENAIS
As polícias judiciárias no seio da segurança pública realizam a prevenção criminal no seio social ao investigar e reprimir as infrações penais com planejamento e estratégia

Autor: Joaquim Leitão Júnior

14.1 Introdução
14.2 Planejamento e estratégia na investigação policial para prevenir ou reduzir a ocorrência de infrações penais
14.3 Considerações
Referências

CAPÍTULO 15 | NOVAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO NAS FRAUDES ELETRÔNICAS: O AFASTAMENTO DE SIGILO BANCÁRIO ITINERANTE E A RELAÇÃO COM OS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Autor: Pablo Carneiro

15.1 Introdução
15.2 Relação entre estelionato digital, organizações criminosas e lavagem de capitais
15.3 O afastamento de sigilo bancário "itinerante": uma ferramenta investigativa eficaz no combate às fraudes eletrônicas
15.4 A requisição direta de informações bancárias pela autoridade policial e os desafios legislativos no enfrentamento das fraudes eletrônicas
15.5 Considerações
Referências

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 6 24/11/2026 20:50:53

PARTE VI
PROJETOS INOVADORES, BOAS PRÁTICAS E
ATENDIMENTO HUMANIZADO

CAPÍTULO 16 | PROJETOS INOVADORES EM POLÍCIA CIVIL E EXEMPLOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E OPERACIONAIS: CASOS DE SUCESSO NO BRASIL – PROPOSTA DE CENTRAIS DE ATENDIMENTO DIGITAL PELAS POLÍCIAS CIVIS

Autores: Mario Dermeval Aravechia de Resende e Gianmarco Paccola Capoani

16.1 Premissas conceituais e empíricas de Polícia Civil – um olhar valorativo, estrutural e finalístico
16.1.1 Polícia Civil como garantidora dos direitos fundamentais
16.1.2 Quantitativo de Tipos Penais do País – Espectro de atuação das Polícias Civis – Comparativo de Boletins de Ocorrência Criminais lavrados no Estado de Mato Grosso diretamente pela Polícia Civil
16.1.3 Fluxo das Ocorrências Criminais e sua destinação em escala às Polícias Civis
16.1.4 Polícia Civil – investigações complexas – prisões duradouras
16.2 O fenômeno da virtualização e rápido diagnóstico evolutivo
16.2.1 Crimes cibernéticos – aumento exponencial de atendimentos pela Polícia Civil – *Iter Criminis* Digital
16.2.2 Observatórios criminais – Histórico analítico de infrações penais ostensivas – quebra de paradigma para os novos modelos digitais
16.3 Inovações na Polícia Civil de Mato Grosso (Gestão 2019/2022) - modelo nacional aplicado – novas propostas de solução
16.3.1 Desenvolvimento tecnológico e entregas pela Polícia Civil de Mato Grosso – recuperação de ativos – Fundo Especial da Polícia Civil
16.3.2 Fundo Especial da Polícia Civil – LONPC – ferramenta de gestão – tecnologia e valorização dos Policiais Civis
16.3.3 Termo de cooperação técnica por adesão – Instrumento necessário para integração das Polícias Civis e Banco Central
16.4 Proposta de centrais de atendimento digital de Polícia Civil 24h, com sistemas interligados ao Banco Central para bloqueios imediatos de valores – validação do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC)
16.5 Considerações
16.5.1 Valor e demanda das Polícias Civis
16.5.2 Propostas de novo modelo de trabalho
Referências

CAPÍTULO 17 | BOAS PRÁTICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A EMPATIA COMO EIXO DAS INICIATIVAS ACREANAS

Autora: Mariana Gomes

17.1 Introdução
17.2 Boas práticas e responsabilidade institucional: a empatia como eixo de transformação
17.3 O Acre como cenário de boas práticas: inovação, empatia e justiça no enfrentamento
à violência de gênero
17.4 O Projeto "Bem-Me-Quer" como boa prática de atendimento humanizado no interior do Acre
17.5 O Projeto "Closet Solidário" – dignidade e humanidade no primeiro contato da vítima de violência de gênero com o sistema de justiça

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 7 24/11/2026 20:50:53

17.6 O Projeto “Ei, Você Consegue!”: empatia e reforço da autoestima como estratégia de
enfrentamento da violência
17.7 Considerações
Referências

CAPÍTULO 18 | BOAS PRÁTICAS EM ATENDIMENTO AO PÚBLICO
A importância da empatia e do atendimento humanizado. Técnicas para lidar com situações de crise

Autor: Romildo Grota Jr.

18.1 Apresentação
18.2 Introdução
18.3 A importância da empatia e do atendimento humanizado
18.4 Técnicas para lidar com situações de crise
18.5 Boas práticas em atendimento ao público
18.6 Considerações
Referências

CAPÍTULO 19 | MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA ATIVIDADE POLICIAL: TÉCNICAS PARA A PREVENÇÃO DA ESCALADA E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Autor: Cesar Henrique Ferreira

19.1 Introdução
19.2 Conflito e métodos autocompositivos de solução de conflitos
19.2.1 Autocomposição e heterocomposição
19.2.2 Negociação, conciliação e mediação
19.2.2.1 Conciliação
19.2.2.2 Mediação
19.2.2.3 A escolha da resposta adequada no cotidiano policial
19.2.2.4 Autoridade e diálogo não são conceitos incompatíveis
19.3 Técnicas úteis ao cotidiano policial
19.3.1 Escuta ativa e paráfrase
19.3.2 Perguntas abertas
19.3.3 Linguagem neutra e reformulação
19.3.4 Identificação de interesses e construção de alternativas
19.3.5 Redução da escalada emocional
19.4 Da experiência do projeto Mediar ao Medtrans em Minas Gerais
19.5 Limites da mediação na atividade policial
19.6 Considerações
Referências

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 8 24/11/2026 20:50:53

PARTE VII
COMUNICAÇÃO INTERNA, GOVERNANÇA E MARKETING INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 20 | O PAPEL DA COMUNICAÇÃO INTERNA: A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO CLARA DENTRO DA CORPORAÇÃO — Ferramentas para melhorar a coesão entre equipes — Uma perspectiva a partir do *Crew Resource Management* (CRM)

Autor: Diego Alex Martimiano da Silva

20.1 Introdução
20.2 A comunicação interna no contexto policial
20.3 O CRM (*Crew Resource Management*) como inspiração
20.4 Ferramentas de comunicação interna e gestão policial
20.5 Comunicação, liderança e clima organizacional
20.6 Desafios e resistências
20.7 Experiências práticas na gestão comunicacional
20.8 Uma nova cultura de gestão pela comunicação
20.9 Expansão e continuidade
20.10 Considerações
Referências

CAPÍTULO 21 | O PROTAGONISMO DO DELEGADO DE POLÍCIA NO DESENHO E NA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Autor: Adriano Sousa Costa

21.1 A cultura organizacional atual
21.2 A atuação multinível do Delegado de Polícia como *Policymaker*
21.3 O Delegado de Polícia como *Policymaker*
21.4 O poder posicional difuso do Delegado
21.5 O poder posicional concentrado: o papel dos Delegados Gerais e do Conselho da Polícia Civil
21.6 As consequências da não avaliação das políticas públicas
Referências

CAPÍTULO 22 | LEGITIMIDADE DEMONSTRÁVEL: TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY COMO ARQUITETURA DE GOVERNANÇA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Autor: Eduardo Arcos

22.1 Introdução
22.2 Da autoridade presumida à legitimidade demonstrável
22.3 Entre publicidade e sigilo: por que existir controle não é o mesmo que prestar contas
22.4 *Accountability* como governança: confiança, integridade e a forma de exercer o poder

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 9 24/11/2026 20:50:53

22.5 Quando a forma de exercer o poder produz legitimidade
22.6 Da norma à cultura: o novo arcabouço de governança das Polícias Civis
22.7 Considerações: da *accountability* burocrática à *accountability* institucional
Referências

CAPÍTULO 23 | MARKETING DE POLÍCIA, UMA NOVA PERSPECTIVA: A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UMA IMAGEM POSITIVA DA INSTITUIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA INTERAGIR COM A SOCIEDADE

Autor: Eduardo Fontes

23.1 Introdução
23.2 Por que pensar em marketing institucional para a polícia?
23.2.1 Legitimidade como instrumento de eficácia
23.2.2 O papel simbólico da polícia
23.3 A crise de comunicação institucional
23.3.1 Quando a polícia não fala, outros falam por ela
23.3.2 O desafio das redes sociais e da desinformação
23.4 Fundamentos e princípios do Marketing de Polícia
23.4.1 Publicidade como princípio da Administração Pública
23.4.2 Transparência, *accountability* e responsividade
23.5 Práticas e estratégias bem-sucedidas
23.5.1 Comunicação audiovisual e presença na mídia
23.5.2 Presença digital institucional
23.5.3 *Media training* e porta-vozes qualificados
23.5.4 Projetos de aproximação comunitária
23.5.5 Cultura organizacional alinhada
23.6 Estudos de caso e experiências internacionais
23.6.1 NYPD e o uso de redes sociais
23.6.2 Carabinieri na Itália
23.6.3 Polícia Nacional da Espanha
23.7 Riscos e cuidados
23.7.1 Personalização excessiva
23.7.2 Gestão de crises
23.7.3 Ética na comunicação
23.8 Considerações
Referências

Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 10 24/11/2026 20:50:53



Sumário_TratadoContemporâneodePoliciaJudiciária_vol.9.indd 11 24/11/2026 20:50:54